



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO CAPES  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA**

**Curso de Especialização em Educação  
Especial na perspectiva da Educação  
Inclusiva (*Lato sensu*)**

**Itabaiana - SE**

**2022**

## **I – Dados do Curso**

### **1. INSTITUIÇÃO PROPONENTE:** Universidade Federal de Sergipe

#### **Dirigentes institucionais**

Reitor

Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho

Tipo de documento: CPF n. 799.275.055-15

Telefone: (79) 3194-6404

E-Mail Institucional: [reitor@ufs.br](mailto:reitor@ufs.br)

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Lucindo José Quintans Junior

Tipo de documento: CPF n. 930.961.434-04

Telefone: (79) 3194-6414

E-Mail Institucional: [posgrap@ufs.br](mailto:posgrap@ufs.br)

### **2. ÁREA TEMÁTICA:** Educação Especial

### **3. NOME DO CURSO:** Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

### **4. NÍVEL DO CURSO:** Especialização (*lato sensu*)

### **5. EMENTA:**

A Especialização em Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é um curso que aborda de forma polissistêmica questões essenciais para o desenvolvimento da educação especial à luz da inclusão a fim de preparar professores/as e profissionais da Educação Básica para a promoção de ações inclusivas tanto em salas de recursos multifuncionais quanto nas classes regulares enfatizando os alunos com deficiência. Nessa perspectiva, o curso propiciará subsídios teóricos e práticos com vistas à vivência e convivência embasadas na diversidade humana no ambiente escolar.

### **6. FUNDAMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS:**

Ao longo da história educacional brasileira, a educação especial apresentou-se e apresenta-se como um tema emergente de lutas sociais que vislumbram a inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD) não somente nas

instituições escolares, mas em toda a sociedade, sendo os processos educativos uma das vias potencializadoras da promoção dessa inclusão.

A ideia de educação especial, no Brasil, surge ainda nos tempos imperiais, durante o reinado de D. Pedro II, com a criação das primeiras instituições destinadas ao atendimento de cegos e surdos. No entanto, não houve, nesse período, nenhum marco legislativo ou normativo que regulasse o atendimento e a formação prestados pelo Imperial Instituto dos Meninos Cegos e pelo Instituto dos Surdos Mudos (atuais Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional da Educação dos Surdos, respectivamente), fator que contribuiu para o estabelecimento do caráter assistencialista e segregativo em torno da educação especial no país, visto que a própria Constituição de 1824 excluía os incapacitados físicos e morais do convívio social (JANUZZI, 2012).

Esse caráter assistencialista e segregativo, iniciado por instituições religiosas e que passou a ser o tom das instruções e ações políticas do final da era imperial e do início da era republicana, estendeu-se às instituições públicas mencionadas, como também ao Instituto Pestalozzi e à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), criados posteriormente, na primeira metade do século XX, que priorizavam a caridade e ajuda ao próximo em detrimento da promoção de processos formativos de cunho educacional (JANUZZI, 2012). O modelo instaurado nessas instituições foi o reabilitador que tinha como princípio reabilitar as “anormalidades” das pessoas com deficiência em conformidade com os padrões comportamentais e atitudinais do que era concebido como “normalidade” (PALACIOS, 2008).

Além do assistencialismo e da segregação, outra influência no tratamento à pessoa com deficiência durante a primeira metade do século XX foi a medicalização que consistia na intervenção de médicos e psicólogos no processo de diagnóstico e patologização das especificidades desses sujeitos que, por sua vez, passaram a ser considerados doentes crônicos. Por conta disso, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como necessitadas de atividades e ações de caráter terapêutico que visavam promover a “cura” dos deficientes (categorizados de acordo com a anormalidade diagnosticada) tanto nos espaços educacionais segregativos públicos e filantrópicos supracitados, como nos espaços regulares de ensino (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007).

Mesmo com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – (Lei nº 4.024/61) que assegurou aos “excepcionais” o direito à educação, preferencialmente, nos sistemas regulares de ensino (BRASIL, 2008), a medicalização continuou a ser o norte das ações direcionadas às pessoas com deficiência. Segundo Moysés e Collares (2010), a associação da medicina à educação e, mais especificamente, do modo como a medicalização interfere nos processos educacionais, foi uma estratégia cômoda para o Poder Público, uma vez que, por meio dela, a problemática relativa às questões sociais, culturais, econômicas e políticas que reverberam na qualidade de vida dos deficientes é reduzida à dimensão médica que, por seu turno, reduz a compressão da condição humana aos aspectos biológicos do corpo.

Através da medicalização, há a desresponsabilização do Estado quanto à inclusão das pessoas com deficiência nas escolas e na sociedade, pois, com a redução da problemática ao fator biológico e a falta de um serviço público de saúde eficaz durante esse período, a resolução da situação ficava a cargo da família que passava a ser responsável pela promoção do tratamento farmacológico e terapêutico a fim de alcançar a “cura” dos até então denominados excepcionais, eximindo o Poder Público e a sociedade da dimensão social, econômica, política, cultural e coletiva da problemática que circunda as condições e especificidades dos deficientes (MOYSÉS, COLLARES, 2010).

A perspectiva médica fez-se presente na educação a partir da Lei nº 4.024/61 à medida que a legislação em voga permitiu a possibilidade de continuidade de repasses financeiros públicos para entidades privadas e filantrópicas como institutos, associações e fundações sem fins lucrativos que já atuavam no desenvolvimento de ações terapêuticas orientadas a partir de diagnósticos médicos e psicológicos, desobrigando, assim, o Estado de se comprometer com a oferta educacional de qualidade e pautada em concepções pedagógicas para as pessoas com deficiência (PADILHA, 2014).

Diante dessas circunstâncias, profissionais da Educação, da Sociologia e da Antropologia juntamente com instituições que contavam com o apoio da sociedade civil passaram a lutar pela inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas regulares de ensino, bem como por investimento financeiro para

oferta de educação pública de qualidade para tal público, objetivando, desse modo, reduzir as classes segregativas existentes. Em 1971, houve uma alteração na Lei nº 4.024/61 que definiu a necessidade de assegurar tratamento especial aos alunos com deficiência. Entretanto, não previu nem assegurou a organização de um sistema de ensino eficaz para a promoção de tal tratamento, o que ocasionou a continuidade da segregação escolar (BRASIL, 2008).

Em 1973 houve a promulgação de um dispositivo legal e regulatório que dispõe sobre a educação especial no Brasil e este se dá por meio do Decreto nº 72.425/73 que cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, um órgão responsável pelo gerenciamento de ações públicas e em conjunto com a iniciativa privada com vistas à integração das pessoas com deficiência à lógica homogeneizante, buscando minimizar as dicotomias normalidade/anormalidade e saúde/patologia que estavam engendradas na compreensão de mundo e na política nacional educacional de até então (KUHLEN, 2017).

Associada à concepção da medicalização na educação, a perspectiva integracionista proposta pelos militares e pela elite seletiva (empresários, representantes de interesses financeiros multinacionais, associados e intelectuais) colocava em prática no país a agenda capitalista que tinha como lógica de funcionamento a disseminação da homogeneização da consciência coletiva e de toda a sociedade em prol da manutenção do status quo e da legitimação do regime ditatorial instrumentalizada pela educação. Para tanto, apropriava-se da educação especial como forma de alcançar o objetivo da racionalização de recursos humanos com o fim de tornar todas as pessoas capazes de atender aos interesses do modo de produção do sistema capitalista, inclusive as pessoas com deficiência que tinham acesso a estratégias educacionais e a atendimento especializado em espaços regulares ou não embasados pelos diagnósticos médicos e psicológicos dos alunos com deficiência (KUHLEN, 2017).

As perspectivas da medicalização da educação e de integração continuaram sendo enfrentadas pela mobilização da sociedade civil durante os anos 1980 na tentativa de consolidação da inclusão educacional na Constituição de 1988, porém, tal documento, embora sinalize

encaminhamentos para pensar a inclusão, apresenta uma generificação quanto à educação especial quando sinaliza no Capítulo III que a educação é direito de todos (Art. 205); que deve ser assegurada “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Art. 206); e que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dever do Estado, devendo ocorrer “[...] preferencialmente na rede regular de ensino” (Art. 208) (BRASIL, 1988, s/p).

Todavia, uma perspectiva inclusiva nos documentos norteadores da educação brasileira somente pôde ser observada nos anos 1990 quando, à luz das orientações das declarações de Jomtien e de Salamanca, a reformulação da LDBEN considerou, no Art. 59, que

(...) os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar (BRASIL, 1996, s/p.).

Seguindo essa perspectiva, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica esclarecem que a educação especial é uma modalidade de educação escolar e que a prática pedagógica a ser desenvolvida nesse âmbito deve ser inclusiva, potencializando a inclusão educacional e, por conseguinte, a inclusão social (BRASIL, 2001). Esse posicionamento foi asseverado também na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que considera a educação como um processo inclusivo e, para além disso, uma ação dotada intencionalidade política enfocada na promoção da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, conforme se observa no excerto:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 01).

Para Mantoan (2015), a inclusão escolar, diferentemente da integração que é “a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço dessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas comuns” (p. 27), preconiza o questionamento das políticas públicas e a organização da educação especial e do ensino regular a fim de assegurar para todas as pessoas – não somente às pessoas com deficiência – a inclusão sistemática e completa em espaços educacionais e em toda a sociedade por meio de uma mudança paradigmática. Nas palavras da autora, “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (idem, p. 28).

O pensamento de Mantoan (2015) coaduna com os preceitos contidos nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva acerca da inclusão, uma vez que, tanto a autora como o documento legal compreendem a inclusão não como um processo educativo, mas como um paradigma educacional a ser instaurado na educação brasileira de modo a enfrentar todas as formas de exclusão e promover uma educação escolar igualitária e equitativa para todos os sujeitos, independente de deficiência, cor, gênero, orientação sexual, religião, cultura e classe social a que pertençam.

Nesse sentido, pensar a educação especial implica pensar a educação inclusiva, pois, ao contrário das experiências segregacionistas que foram vivenciadas na história da educação brasileira, a educação especial não é uma oferta à parte dos sistemas regulares de ensino, mas uma modalidade educacional que assegura a todos que manifestam dificuldades de aprendizagem um tratamento adequado às suas especificidades. No caso das pessoas com deficiência, a educação especial assegura “atendimento educacional especializado como apoio e complemento, destinado a oferecer aquilo que há de específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade cronológica própria, ambientes comuns de ensino em estabelecimentos oficiais” (FÁVERO, 2013, p. 20).

À vista disso, são observados muitos avanços no tocante à educação especial brasileira, sobretudo, quanto ao aparato legal que dispõe sobre a

mesma e a assegura que, atualmente, é compreendido sob a égide da inclusão e da educação inclusiva, reverberadas pela Lei nº 13.146/2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, s/p).

Apesar disso, ainda é possível verificar, na prática, negação de frequência em espaços regulares de ensino a pessoas com deficiência e situações em que a educação especial é instrumentalizada na perspectiva integracionista na qual é admitida a matrícula e a frequência de alunos deficientes em classes comuns, porém, devido a fatores como limitações físicas, sensoriais e intelectuais; insensibilidade por parte da comunidade escolar; formação docente incipiente; currículo parametrizado segundo critérios dicotômicos de normalidade/anormalidade e métodos e técnicas de ensino embasados no ensino tradicional, o que se efetiva são ações institucionais e pedagógicas que integram os referidos alunos ao espaço físico, mas não os inclui no processo formativo de forma igualitária, equitativa e eficaz (FÁVERO, 2013).

## **7. OBJETIVOS**

### **7.1. Geral:**

Propiciar formação continuada teórico-prática para profissionais da Educação Básica da Rede Pública Estadual e Municipal de Sergipe com ênfase na educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

### **7.2. Específicos**

- Ampliar o acesso à formação continuada para profissionais da Educação Básica, contribuindo para a educação especial e inclusiva;
- Ampliar, por intermédio da EAD, o acesso à formação docente;
- Contribuir para a democratização do conhecimento;

- Fomentar a transformação de concepções e práticas docentes no âmbito da educação especial.
- Contribuir para a efetivação da escola inclusiva no Estado de Sergipe.

## **8. METODOLOGIA:**

O Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva terá uma carga horária de 450 horas/aula e será realizado de forma semipresencial com a oferta de 232 vagas distribuídas entre 05 polos de Educação à Distância da Universidade Federal de Sergipe, a saber: Arauá (oferta de 40 vagas); Japaratuba (oferta de 40 vagas); Nossa Senhora das Dores (oferta de 40 vagas); Poço Verde (oferta de 40 vagas) e São Cristóvão (oferta de 72 vagas). Destaca-se que a opção pela escolha desses polos deve-se a necessidade de oferta de cursos de pós-graduação na área proposta para atender a descentralização dos processos formativos sergipanos no que diz respeito à formação continuada.

O curso terá duração de 18 meses, com 02 encontros presenciais e atividades síncronas e assíncronas. Os encontros presenciais ocorrerão em dias de sábado, no polo São Cristóvão, situado na cidade universitária Prof. José Aloísio de Campos. Os encontros presenciais referem-se à realização de uma aula inaugural no início do curso e de um seminário integrador para apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) por parte dos cursistas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado será o *Moodle* que é uma plataforma composta por um espaço virtual que permite o desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas e pode ser acessada em qualquer computador com internet por quem possua cadastro de usuário e uma senha pessoal.

O curso supracitado adotará estratégias metodológicas centradas em discussão de problemas e casos reais, levando em consideração as experiências emergentes do contexto sergipano provenientes das próprias experiências vivenciadas pelo público matriculado, bem como a perspectiva do ensino como uma ação humana que possibilita o estabelecimento de relações de liberdade e contextualização dos participantes no sentido de discutir suas

próprias posições e o espaço pedagógico como *locus* formador de cidadania e democracia.

Desse modo, o curso contará com interação entre atividades presenciais e à distância buscando promover interatividade entre professores, tutores e cursistas tanto nos momentos desenvolvidos nas dependências da Universidade Federal de Sergipe quanto no ambiente virtual de aprendizagem. Nessa perspectiva, buscar-se-á:

- a) organizar a comunicabilidade entre os sujeitos do processo formativo;
- b) elaborar material didático adequado à educação especial na perspectiva da educação inclusiva e à educação à distância;
- c) elaborar instrumentos de acompanhamento e avaliação dos cursistas;
- d) propiciar ambientes formativos que fomentem a aprendizagem e a orientação acadêmica.

Os tutores a distância acompanharão os cursistas com o intuito de auxiliá-los no desenvolvimento das atividades e os professores formadores serão responsáveis por atuar na produção de materiais didáticos, bem como ministrando aulas.

Os cursistas podem se reunir nos polos de apoio presencial mencionados, com disponibilidade de um tutor presencial no polo ou virtualmente com os tutores virtuais qualificados para o aprofundamento das questões pautadas no curso ou ainda terem momentos de atendimento extraclasse virtual.

A avaliação da aprendizagem será expressa por meio de um conceito individual para cada componente curricular, conforme orienta a Resolução Nº 19/2021/CONEPE e de acordo com as seguintes classificações:

**Conceito A:** Aprendizagem excelente (equivalente a notas de 9,0 a 10,0);

**Conceito B:** Aprendizagem boa (equivalente a notas de 8,0 a 8,9);

**Conceito C:** Aprendizagem suficiente (equivalente a notas de 7,0 a 7,9);

**Conceito D:** Aprendizagem insuficiente (equivalente a notas inferiores a 7,0).

Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão orientados por um professor com titulação mínima de Mestre e compreenderão a produção de um projeto de intervenção com foco na educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Os projetos podem ser elaborados em grupos constituídos por até

10 pessoas. Os professores orientadores serão os mesmos que ministraram módulos ao longo do curso.

No término do curso será realizado um Seminário Final, para que todos os acadêmicos socializem a produção do conhecimento e tenham os seus trabalhos de conclusão de curso avaliados por uma banca qualificada.

**9. MODALIDADE DO CURSO:** semipresencial

**10. CARGA-HORÁRIA:** 450 horas

**11. CERTIFICAÇÃO:**

Ao final, será aprovado o cursista que obtiver integralização da estrutura curricular com conceito final em cada componente curricular nota igual ou superior a C e ter aprovado e depositado o TCC no formato e no prazo previsto.

**12. NÚMERO DE CURSISTAS:** 232 cursistas

**13. VIGÊNCIA DO CURSO:**

**12.1. Início:** Fevereiro/ 2023.

**12.2. Término:** Agosto/ 2024.

**14. UNIDADE DE TEMPO DE CURSO PARA MONITORAMENTO:**

O curso será monitorado em três momentos

- Ao fim do 1º Semestre - com objetivo de avaliar a implantação do curso, suas dificuldades no sistema AVA, o material utilizado e a participação dos cursistas.
- Ao fim do 2º Semestre – com o objetivo de avaliar o desempenho dos cursistas, tutores e professores.
- Ao fim do 3º Semestre - com o objetivo de avaliar os impactos do curso na formação docente.

**15. INFRAESTRUTURA RECOMENDADA:**

Os polos de apoio presencial estão equipados com a infraestrutura necessária para atender as necessidades dos cursistas, uma vez que dispõe de computadores, acesso à *internet* por meio de cabo e *wi-fi*, bibliotecas e um tutor para auxílio durante a utilização do espaço.

O polo de Arauá, situado na Rua José Dias Filho, nº 0, Conjunto Alzira Costa, conta com um laboratório equipado com 1 copiadora, 2 fones de ouvido com microfone, 1 projetor multimídia, 1 tela de projeção, 25 computadores, 1 impressora simples, 1 impressora multifuncional e 20 *webcams*, além de uma sala de estudos climatizada.

O polo de Japarutuba, situado na Av. Rio de Janeiro, nº 0, Bairro Centro, conta com um laboratório equipado com 1 copiadora, 2 projetores multimídia, 2 telas de projeção, 04 computadores, 2 impressoras simples, 1 impressora multifuncional e 10 *webcams*, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas.

O polo de Nossa Senhora das Dores, situado na Praça Cônego Miguel Monteiro Barbosa, nº 134, conta com um laboratório equipado com 1 copiadora, 1 projetor multimídia, 1 tela de projeção, 19 computadores, 1 impressora multifuncional e 20 *webcams*, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas.

O polo de Poço Verde, situado na Rua José Rodrigues de Melo, nº 124, Centro, conta com um laboratório equipado com 2 copiadoras, 1 fone de ouvido, 38 computadores, 5 impressoras simples e 1 impressora multifuncional, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas.

Por fim, o polo de São Cristóvão, situado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos da Universidade Federal de Sergipe, conta com um laboratório equipado com 1 projetor multimídia, 1 tela de projeção, 80 fones de ouvido, 80 computadores, 03 notebooks, 2 impressoras simples e 1 impressora multifuncional, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas, duas salas de tutoria e um auditório com capacidade para 150 pessoas.

## II - ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O curso está organizado em 11 módulos de disciplinas mais uma atividade introdutória e o trabalho de conclusão de curso que consistirá na elaboração de um projeto de âmbito pedagógico relacionado à educação especial na perspectiva da educação inclusiva que será apresentado no seminário final. O quadro I apresenta a matriz curricular proposta para o curso.

**Quadro I – Matriz Curricular do Curso de Especialização de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

<b>MÓDULOS/DISCIPLINAS</b>	<b>Carga Horária (h/aula)</b>	<b>Carga Horária (horas)</b>	<b>Créditos</b>
<b>Programação introdutória (Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle)</b>	-	15	1
<b>Núcleo de Assuntos Fundamentais</b>			
<b>Módulo I – Fundamentos da Investigação Científica</b>	50	30	2
<b>Módulo II - Fundamentos e Políticas da Educação Especial e Inclusiva</b>	50	30	2
<b>Módulo III - Currículo Escolar na perspectiva da Educação Inclusiva</b>	50	30	2
<b>Núcleo de Assuntos Específicos</b>			
<b>Módulo IV - Contextualização e conceitos das deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades</b>	50	30	2
<b>Módulo V - Contextualização e conceitos dos Transtornos funcionais específicos</b>	50	30	2
<b>Módulo VI - Tecnologias assistivas</b>	50	30	2
<b>Módulo VII - Introdução aos Estudos da Língua Brasileira de Sinais</b>	50	60	4
<b>Módulo VIII - Introdução ao Sistema Braille e Audiodescrição</b>	50	45	3
<b>Núcleo de Pesquisas e Práticas Educacionais</b>			
<b>Módulo IX - Projetos pedagógicos inclusivos</b>	50	30	2
<b>Módulo X - Práticas pedagógicas na perspectiva da Educação Inclusiva</b>	50	30	2
<b>Módulo XI – Pesquisa Interventiva na Educação Inclusiva</b>	50	45	2
<b>Trabalho de Conclusão de Curso</b>	-	45	3
<b>Carga horária total do curso</b>		<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DOS NÚCLEOS</b>		<b>450</b>	<b>30</b>

## **Programação introdutória (Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle)**

**Modalidade:** à distância

**Carga horária:** 15 horas

**Ementa:** Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle

Referências

Silva, Juliane Paprosqui Marchi da. Introdução ao ambiente virtual de ensino aprendizagem Moodle [recurso eletrônico] / Juliane Paprosqui Marchi da Silva. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, UAB, 2017. 1 e-book

## **Módulo I – Fundamentos da Investigação Científica**

**Modalidade:** à distancia

**Carga Horária:** 30 horas

**Ementa:** O processo do conhecimento científico. Tipos de pesquisa. Projeto de pesquisa científica. Aplicação do projeto de pesquisa. Normas para a elaboração e apresentação do relatório de pesquisa. Relatório de pesquisa. Ética na pesquisa.

### **Referências básicas:**

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. **Apresentação**. 2020, s/p. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep> Acesso em 02 mar. 2022.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

### **Referências complementares:**

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciência e saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417-426, Apr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232008000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 mar. 2022.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. **Contrapontos**. volume 3. n. 3. p. 393-405. Itajaí, set./dez. 2003. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/735/586> Acesso em: 02 mar. 2022.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

## **Módulo II – Fundamentos e Políticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 30 horas

**Ementa:** Histórico da educação especial. Políticas públicas de inclusão. Legislação e deficiência. Fundamentos do ensino inclusivo, currículo e avaliação. Atendimento educacional à pessoa com deficiência.

**Referências básicas:**

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

**Referências complementares:**

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira:** integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Atendimento educacional especializado:** aspectos legais e orientação pedagógica. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

RANGEL, Mary. (Org.). **Diversidade, diferença e multiculturalismo.** Niterói: Intertexto, 2011.

RAPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da educação inclusiva:** a escola comum inclusiva. Brasília: MEC; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Mônica Pereira dos. PAULINO, Marcos Moreira. (Org.). **Inclusão em educação:** culturas, políticas e práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

**Módulo III – O currículo escolar na perspectiva da Educação Inclusiva**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 30 horas

**Ementa:** Caracterização dos principais aspectos do currículo escolar inclusivo. Regulamentações legais /oficiais que regem a organização curricular. Flexibilização do currículo para uma educação inclusiva.

**Referências básicas:**

MOREIRA, L.C; BAUMEL, R.C.R.de.C. Currículo em Educação Especial: tendência e debates. **Educar**, Curitiba, nº. 17, p.125-137. Editora da UFPR, 2001.

SASS, Maristela C. METZ. **Currículo escolar em uma perspectiva inclusiva.** 1. ed. - Curitiba: IESDE, 2020.

**Referências complementares:**

GARCIA, R.M.C. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** Porto Alegre: Mediação, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

#### **Módulo IV – Contextualização e conceitos das deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 30 horas

**Ementa:** Definição, terminologias, classificação diagnóstica, aspectos etiológicos e epidemiológicos das deficiências, dos transtornos globais de desenvolvimento e das altas habilidades. As características cognitivas, afetivas e sociais de cada deficiência, transtornos e superdotação ou altas habilidades. Intervenções educativas. Síndromes genéticas. Distúrbios da linguagem. Comunicação alternativa. Avaliação.

#### **Referências básicas:**

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús & colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação**: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Volume 3. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. **Autismo**: abordagem neurobiológica. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VIRGOLIM, Angela M. R. **Altas habilidade/superdotação**: encorajando potenciais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. 70 p.:

#### **Referências complementares:**

NUNES, Leila Regina D. Oliveira de Paula. **Comunicar é preciso**: em busca de melhores práticas na educação de alunos com deficiência. Marília: Abpee, 2011.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

#### **Módulo V – Contextualização e conceitos dos Transtornos funcionais específicos**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 30 horas

**Ementa:** Contextualização dos transtornos funcionais específicos e sua repercussão na aprendizagem e no ajustamento dos sujeitos. Dificuldades de aprendizagem e transtornos funcionais específicos: conceitos, características e etiologias. Os transtornos funcionais específicos de aprendizagem: do diagnóstico à intervenção. Aspectos legais.

#### **Referências básicas:**

AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Erro e Fracasso na Escola**. 4.ed. Brasil: Editora Summus, 1997.

FARRELL, M. **Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem específicas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

**Referências complementares:**

FITÓ, Anna Sans. **Por Que é Tão Difícil Aprender?** Brasil: Editora Paulinas, 2012.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. 13.ed. Brasil: Editora Ática, 2011.

**Módulo VI – Tecnologias assistivas**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 30 horas

**Ementa:** Tecnologia Assistiva (TA) e seu papel social. TA englobando produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços. Inclusão social e acessibilidade através da TA: autonomia, independência, qualidade de vida. Recursos de acessibilidade facilitando a inclusão educacional e sócio-digital da pessoa com deficiência.

**Referências básicas:**

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **Design de um serviço de Tecnologia Assistiva em escolas públicas**. 2009. 231 folhas. Dissertação (Mestrado em Design) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Comitê de Ajudas Técnicas – CAT**. Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007. Disponível em [https://www.assistiva.com.br/Ata\\_VII\\_Reuni%C3%A3o\\_do\\_Comite\\_de\\_Ajudas\\_T%C3%A9cnicas.pdf](https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf). Acesso em 02 mar 2022.

**Referências complementares:**

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. 2005. Disponível em: [http://www.cedionline.com.br/artigo\\_ta.html](http://www.cedionline.com.br/artigo_ta.html) Acesso em: 03 mar. 2022.

GALVÃO FILHO, T.A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G.J.C. e SOBRAL, M.N. (Org.). **Conexões:** educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009. p. 207-235.

**Módulo VII – Introdução aos Estudos da Língua Brasileira de Sinais**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 60 horas

**Ementa:** Concepções sobre surdez. Implicações sociais, linguísticas, cognitivas, e culturais da surdez. Diferentes propostas pedagógico-filosóficas na educação de surdos. Surdez e Língua de Sinais: noções básicas.

**Referências básicas:**

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos:** A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua Brasileira de Sinais**: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**Referências complementares:**

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. IN. SKLIAR, C. (org) **Educação e exclusão**: Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

**Módulo VIII – Introdução ao Sistema Braille e Audiodescrição**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 45 horas

**Ementa:** Breve histórico do sistema Braille; introdução ao código Braille na grafia: alfabeto, pontuação; disposição do texto Braille: palavras e textos; numerais; Fundamentação teórica a partir de aspectos históricos e sociais da audiodescrição; conhecimento sobre as normas que regem a audiodescrição; a audiodescrição em diferentes contextos; compreensão e aplicação da técnica da audiodescrição; elaboração de roteiros e narrações.

**Referências básicas:**

BRASIL. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa**, 2ª edição. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

MICHELS, Lisia Regina Ferreira; SILVA, Mara Cristina Fortuna da. A audiodescrição na escola. In: CARPES, Daiana Stockey. **Audiodescrição**: Práticas e reflexões. Santa Cruz do Sul. Catarse; 2016.

**Referências complementares:**

BRASIL. **Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille**, 2ª edição. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

**Módulo IX - Projetos pedagógicos inclusivos**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 30 horas

**Ementa:** Princípios para elaboração de projetos de intervenção para promoção de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

**Referências básicas:**

BEYER, H.O. **O projeto da educação inclusiva**: perspectiva e princípios de implementação. Porto Alegre: Mediação, 2007.

RODRIGUES, P. da S.; DRAGO, R. **Projeto político pedagógico**: juntos construindo uma nova escola. Vitória: Aquarius, 2008.

**Referências complementares:**

OMOTE, S. **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico- elementos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, Ilma P. A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

## **Módulo X - Práticas pedagógicas na perspectiva da Educação Inclusiva**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 30 horas

**Ementa:** Práticas Pedagógicas Inclusivas no contexto da classe comum nos diversos níveis e modalidades de ensino. Práticas pedagógicas inclusivas e seu inter-relacionamento com o currículo escolar nos diversos níveis e modalidades de ensino. Planejamento didático-pedagógico e avaliação de aprendizagem numa perspectiva inclusiva nos diversos níveis e modalidades de ensino. Materiais didáticos acessíveis e inclusivos nos diversos níveis e modalidades de ensino.

### **Referencias básicas:**

BACICH, Lilian; MORÁN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p.

BRASIL. **Projeto Escola Viva** – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. 103 p.

### **Referências complementares:**

BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização:** múltiplas perspectivas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 191 p.

GIMENO SACRISTÁN, José; PÉREZ, Gómez Angel I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 396 p.

## **Módulo XI – Pesquisa Interventiva na Educação Inclusiva**

**Modalidade:** à distância

**Carga Horária:** 45 horas

**Ementa:** Metodologias para a realização de pesquisas em educação inclusiva. Possibilidades e propostas metodológicas que favoreçam a inclusão.

### **Referencias básicas:**

ARMANI, D. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

CARDOSO, R.; MOREIRA, D. Da Educação à Intervenção Social: a construção do conhecimento na transformação da realidade. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, 2017, Vol. Extr., Nº 05 pp102-106 DOI:<https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.2373>.

**Referências complementares:**

SOMEKH, B.; LEWIN, C. (orgs.). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

**Trabalho de Conclusão de Curso (ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA)**

**Modalidade:** à distancia

**Carga Horária:** 45 horas

**Ementa:** Elaboração de projetos de caráter interventivo com ênfase na educação especial na perspectiva inclusiva.

**Referencias:**

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

POLITO, R. **Como falar corretamente e sem inibições**. 11ª ed. Saraiva: São Paulo, 2006.

POLITO, R. **Recursos audiovisuais nas apresentações de sucesso**. 5ª ed. Saraiva: São Paulo, 2003.

REY, L. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. 2ª ed. Editora Edgard Blücher: São Paulo, 2000.

**III - EQUIPE**

<b>Quantidade</b>	<b>Função exercida</b>	<b>Requisitos exigidos</b>	<b>Atribuições</b>
01	Coordenação de curso	Ser docente efetivo da Universidade Federal de Sergipe; Doutorado em Educação; Experiência comprovada na área de Educação Especial e EaD	Gerenciamento do curso, desde o planejamento até a certificação dos cursistas.
01	Coordenação de tutoria	Ser docente efetivo da Universidade Federal de Sergipe; Doutorado em Educação; Experiência comprovada na área de EaD	Orientação, supervisão e avaliação da equipe de tutores.
20	Professor formador	Doutorado ou mestrado com experiência em Educação especial/inclusiva	Ministração dos módulos e orientação de TCC

01	Apoio administrativo	Licenciatura na área de ciências humanas e com experiência no pacote Office	Acompanhamento do curso no ambiente virtual de aprendizagem e auxílio nas atividades administrativas
05	Tutor à distância	Especialização ou Mestrado com ênfase e/ou experiência em educação especial/inclusiva e Ead	Acompanhamento dos cursistas

#### IV - PÚBLICO

**1. Nível de escolaridade:** Graduação no ensino superior

**2. Área de formação:** Licenciaturas

**3. Outras exigências:** Os cursistas deverão ser professores estar em exercício efetivo nos sistemas de ensino público estadual ou municipais no âmbito do Estado de Sergipe.

**4. Curso disponível para demanda social?:** Sim. Destinação de até 20% das vagas a demanda social.

**5. Público da Demanda Social:**

Profissionais da educação (técnicos, pessoal do apoio pedagógico e gestores educacionais que atuam nos sistemas de ensino público estadual ou municipais no âmbito do Estado de Sergipe).

**6. Seleção**

Os cursistas serão selecionados por meio de edital que será lançado após a aprovação do curso.